



Otan: ataque à Groenlândia será "contra todos"

Países europeus mandam recado a Donald Trump, que ameaça tomar à força a ilha alegando questões de "segurança nacional" dos EUA: ação destruirá a aliança de defesa continental

» PALOMA OLIVETO

Ignorando um comunicado europeu em defesa da autonomia da Groenlândia divulgado horas antes, o governo dos Estados Unidos voltou a afirmar formalmente que considera anexar a ilha do Ártico com a utilização das Forças Armadas. A declaração foi feita pela secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, em nota oficial. "O presidente Trump deixou bem claro que a aquisição da Groenlândia é uma prioridade de segurança nacional dos Estados Unidos e é vital para dissuadir nossos adversários na região do Ártico", explicitou Leavitt.

A secretária de imprensa acrescentou que o governo considera diversas opções para controlar o território da Dinamarca, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Entre elas, "utilizar as Forças Armadas dos Estados Unidos é sempre uma opção à disposição do comandante-em-chefe", afirmou.

Mais cedo, líderes europeus tinham divulgado um comunicado em conjunto com a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, assegurando que a segurança do Ártico é uma "prioridade fundamental" para a Europa, e que os membros europeus da Otan estão "intensificando seus esforços" e investimentos para "manter o Ártico seguro e dissuadir adversários."

Nas segunda-feira, Frederiksen afirmou que a anexação do território pelos Estados Unidos pode significar a morte da Otan. Segundo o Artigo 5 da organização, um ataque armado contra um membro europeu ou da América do Norte é considerado "um ataque contra todos", exigindo uma resposta coletiva de defesa. Uma das justificativas de Donald Trump para tomar a ilha estratégica é a de que a Dinamarca "não investe nada" no território, que também "não tem um Exército".

No comunicado, os chefes de Estado de França, Alemanha, Itália, Polónia, Espanha e Reino Unido, além da Dinamarca, dizem que os aliados da Otan, "incluindo os Estados Unidos", têm obrigação de defender os princípios da carta das Nações Unidas, "incluindo a soberania, a integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras". Ao afirmar que esses são princípios universais, os líderes reforçam que não "deixaremos de defendê-lo" e que "os Estados Unidos são um parceiro essencial" no esforço.

Desafiados

O primeiro-ministro da Groenlândia agradeceu o apoio dos

Reprodução/X katie miller



Interesses estragégicos

» A localização no estreito entre a ilha, a Islândia e o Reino Unido a torna fundamental para o monitoramento de submarinos russos — e, potencialmente, em breve, chineses — que entram no Atlântico

» A Groenlândia está se consolidando como um nó crítico no comando e controle de satélites, no conhecimento do domínio espacial e no rastreamento de equipamentos

» A geografia da ilha permite a instalação de estações terrestres de satélite e infraestrutura de comunicações seguras, que são cada vez mais vitais à medida que os rivais desenvolvem capacidades cibernéticas e de contra-espço

Fonte: Justina Budginaite-Froehly, analista política

Globeasec/Divulgação



A Europa deve ter cuidado para não confundir clareza moral com engajamento estratégico"

Justina Budginaite-Froehly, analista política do think thank Conselho Atlântico

aliados e reiterou que o território não "está à venda". "Esse apoio é importante em um momento em que os princípios internacionais fundamentais estão sendo desafiados", escreveu Jens-Frederik Nielsen, nas redes sociais. "Em um momento em que o presidente dos Estados Unidos reafirmou que seu país leva a Groenlândia muito a sério, esse apoio de nossos aliados da Otan é importante e inequívoco", acrescentou.

Depois de capturar o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e a primeira-dama, Cilia Flores, em ataque militar no sábado, Trump voltou a falar em controlar o território

do Ártico, um tema explorado por ele desde o primeiro mandato e retomado na campanha presidencial de 2024. Em dezembro, o presidente norte-americano nomeou o governador da Louisiana, Jeff Landry, como enviado especial à Groenlândia. Na ocasião, ele afirmou que "Landry entende como a Groenlândia é importante para a nossa segurança", provocando uma resposta da União Europeia em favor da independência da ilha.

O ministro dinamarquês de Relações Exteriores revelou que, na segunda-feira, pediu um encontro com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio. Segundo ele, o

objetivo é "esclarecer certos mal-entendidos" sobre os interesses norte-americanos na ilha.

Além de jazidas inexploradas e terras raras, a Groenlândia tem potencial estratégico e comercial, pois se acredita que o derretimento do gelo polar — fenômeno que vem se intensificando em um ritmo considerado alarmante por cientistas climáticos — abrirá novas rotas comerciais marítimas.

Mísseis

"O presidente Trump afirma que os Estados Unidos 'precisam' da Groenlândia devido à sua localização estratégica no Ártico. É

verdade que tanto a Rússia quanto a China aumentaram suas atividades militares na região nos últimos anos", diz Marion Messmer, diretora do programa de segurança internacional do centro de análise política Catham House, no Reino Unido. Se a Rússia lançasse mísseis contra o território norte-americano, provavelmente eles sobrevoariam a ilha.

Contudo, Messmer lembra que os Estados Unidos já têm a Base Espacial de Pituffik, que opera na região desde 1973. A manutenção da instalação militar foi assegurada por um acordo de defesa assinado com a Dinamarca em 1951. Desde

então, a Força Espacial norte-americana mantém sistemas de alerta de mísseis balísticos, além de um aeródromo e um porto de águas profundas mais ao norte. "É um importante centro de infraestrutura", diz a especialista.

Para a analista política Justina Budginaite-Froehly, colaboradora do think tank Conselho Atlântico, em Washington, a reação das principais potências europeias frente à ameaça de expansão norte-americana no Ártico foi tímida. "Reagiram, mais uma vez, de maneira familiar: com declarações de preocupação e invocações do direito internacional."

Budginaite-Froehly considera "revelador" o comunicado conjunto divulgado ontem: "Se a resposta da Europa à política de poder dos Estados Unidos se limita a declarar o que não é permitido, não deve se surpreender quando sua voz tiver pouco peso na nova era da política de poder transnacional", acredita. A analista destaca que apelar à legalidade, por si, não garante a segurança. "A Europa deve ter cuidado para não confundir clareza moral com engajamento estratégico", diz, citando, além de Donald Trump, possíveis interesses da Rússia e da China na região.

Predador

Nas declarações públicas sobre o desejo de tomar a Groenlândia, Donald Trump afirmou que poderia anexar a ilha nos próximos 30 dias. Apesar da declaração de ontem dos membros europeus da Otan, em um artigo publicado no jornal francês Le Monde, o ex-subsecretário-geral da ONU Jean-Marie Guéhenno garantiu que o comunicado é irrelevante. "A imposição da Venezuela como protetorado por Donald Trump deveria ajudar os europeus a entender que os Estados Unidos são um predador da Europa, assim como a Rússia e a China", escreveu.

A analista política Justina Budginaite-Froehly concorda. "A verdadeira lição da Venezuela é que o governo Trump age onde acredita que o controle é viável, a resistência administrável e não existem alternativas", argumenta. "Se a Europa quer garantir que nenhuma potência externa possa cogitar seriamente exercer coerção sobre a Groenlândia, então deve se concentrar menos em protestos e mais em suas próprias estratégias."

Trump teme derrota em 2026 — e impeachment

No quinto aniversário do ataque ao Capitólio, que teria sido convocado por ele, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, alertou os partidários que poderá ser apeado do poder caso os republicanos não garantam maioria no Congresso nas eleições de meio de mandato (midterm elections). "Se não vencermos, eles (os democratas) vão encontrar um motivo para me destituir. Vou sofrer um processo de impeachment", discursou, no recém-nomeado Centro Trump-Kennedy, em Washington.

Em novembro, estarão em jogo todos os assentos da Câmara e um terço do Senado. O resultado pode determinar se Trump continuará contando com a maioria no Congresso nos dois últimos anos do segundo mandato. O presidente é o único que já sofreu dois processos de impeachment, aprovados pelos deputados no primeiro mandato do magnata e estrela televisiva transformado em político. No Senado, porém, os opositores não conseguiram os dois terços necessários para afastá-lo do cargo.

O primeiro processo foi em 2019, sob a acusação de abuso de poder e obstrução do Congresso

AFP



Trump cobrou correligionários do Partido Republicano durante encontro em Washington

por tentar usar a Ucrânia para atacar o democrata Joe Biden, a quem Trump enfrentaria no ano seguinte na disputa pela reeleição. O

segundo pedido de afastamento foi motivado justamente pela invasão ao Capitólio de manifestantes que se recusavam a reconhecer

a derrota de Trump na disputa pela reeleição, sob a justificativa de "fraude". O mandatário nega a participação, mas, no primeiro dia de

Se não vencermos (as eleições de meio de mandato), eles (os democratas) vão encontrar um motivo para me destituir"

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

seu segundo mandato, assumido em janeiro do ano passado, ele perdoou os envolvidos, incluindo os condenados por crimes violentos. "Eles não agrediram. Eles foram agredidos", disse.

Pesquisas

Com 219 membros, atualmente os republicanos têm maioria apertada na Câmara dos Representantes. Historicamente, as eleições de meio de mandato não favorecem o presidente da República. Uma pesquisa da emissora norte-americana NBC News revelou que, em outubro passado, 50% dos eleitores diziam preferir que os democratas controlem o Congresso, enquanto 42% revelavam optar pelos republicanos. A

diferença é maior do que a margem de erro, de 3,1 pontos.

Depois da operação militar que capturou o então presidente venezuelano, Nicolás Maduro, e a primeira-dama, Cilia Flores, uma deputada democrata sugeriu que as ações de Trump, que não consultou o Congresso sobre a ação, justificariam um impeachment. "Hoje, muitos democratas questionam, compreensivelmente, se um processo de impeachment ainda é possível na atual conjuntura política. Estou reconsiderando essa posição. Mesmo que os republicanos se recusem a agir, os democratas não podem permanecer em silêncio ou passivos diante de ações tão extremas por parte deste governo", declarou Maxine Waters, da Califórnia.